

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – GESTÃO RELUCI 2024

Unidade Gestora: 600211 – Fundo Previdenciário

Gestor Responsável: José Elias do Nascimento Marçal

EMITENTE: UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO – UECI/IPAJM

Sumário

INTRODUÇÃO	3
CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES.....	4
GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	4
PONTO DE CONTROLE 1.1.2 DESPESA – REALIZAÇÃO SEM PRÉVIO EMPENHO	4
PONTO DE CONTROLE 2.2.10 DESPESA – EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS	4
PONTO DE CONTROLE 2.2.18 REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS PLURIANUAIS.....	5
PONTO DE CONTROLE 2.2.30 DESPESA – REALIZAÇÃO DE DESPESAS – IRREGULARIDADES	6
GESTÃO PREVIDENCIÁRIA	7
PONTO DE CONTROLE 1.2.4 RETENÇÃO/REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARTE SERVIDOR	7
PONTO DE CONTROLE 1.2.5 PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS.....	8
PONTO DE CONTROLE 1.2.10 DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS – CONTAS ESPECÍFICAS	9
PONTO DE CONTROLE 1.2.15 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL – PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS.....	9
PONTO DE CONTROLE 1.2.16 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	10
PONTO DE CONTROLE 1.2.17 CONCILIAÇÃO DE CONTAS – REGISTRO DE CRÉDITOS A RECEBER	11
PONTO DE CONTROLE 1.2.18 CONCILIAÇÃO DE CONTAS – CONTROLE DA RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	11
PONTO DE CONTROLE 1.2.19 CONCILIAÇÃO DE CONTAS – REGISTRO DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	12
PONTO DE CONTROLE 2.5.12 ORÇAMENTO	12
PONTO DE CONTROLE 2.5.35 APLICAÇÃO DE RECURSOS.....	13
PONTO DE CONTROLE 2.5.36 UTILIZAÇÃO DO FORMULÁRIO (APR)	14
GESTÃO PATRIMONIAL	15
PONTO DE CONTROLE 1.3.1 BENS EM ESTOQUE, MÓVEIS, IMÓVEIS E INTANGÍVEIS – REGISTRO CONTÁBIL COMPATIBILIDADE COM INVENTÁRIO	15
PONTO DE CONTROLE 1.3.2 BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E INTANGÍVEIS – REGISTRO E CONTROLE.....	16
PONTO DE CONTROLE 1.3.4 DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS – DEPÓSITO E APLICAÇÃO.....	17
PONTO DE CONTROLE 2.3.5 CANCELAMENTO DE PASSIVOS.....	17
GESTÃO DE PESSOAS (FOLHA DE PAGAMENTO E ATOS DE PESSOAL)	19

PONTO DE CONTROLE 1.6.1.1 EXTRATO CONSOLIDADO DA FOLHA DE PAGAMENTO	19
PONTO DE CONTROLE 1.6.1.2 LIQUIDAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	19
PONTO DE CONTROLE 2.7.1.1 RESOLUTIVIDADE DAS INCONSISTÊNCIAS INDICATIVAS INFORMADAS NA REMESSA DE DADOS DA FOLHA DE PAGAMENTO (PCF)	20
PONTO DE CONTROLE 2.7.1.2 RESOLUTIVIDADE DOS PONTOS DE CONTROLE EXISTENTES NA REMESSA DE DADOS DA FOLHA DE PAGAMENTO (PCF)	21
DEMAIS ATOS DE GESTÃO	22
PONTO DE CONTROLE 1.5.1 DOCUMENTOS INTEGRANTES DA PCA – COMPATIBILIDADE COM O NORMATIVO DO TCE IN REGULAMENTADORA DA REMESSA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	22
PONTO DE CONTROLE 1.5.2 SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES	22
PONTO DE CONTROLE 2.6.4 PESSOAL – TETO	23
<u>PARECER DO CONTROLE INTERNO.....</u>	<u>24</u>
<u>ANEXO I – PROCESSOS ANALISADOS</u>	<u>25</u>
<u>ANEXO II – QUADRO-RESUMO DOS PONTOS DE CONTROLE ANALISADOS</u>	<u>26</u>

INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa unidade executora de controle interno realizou, no exercício de 2024, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

Por fim, registramos que os documentos de suporte utilizados para as análises estarão disponíveis para consulta no processo E-Docs 2024-QNTR.

CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES

GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Ponto de controle 1.1.2 Despesa – realização sem prévio empenho

Procedimento: Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho

Base Legal: Lei 4.320/1964, art. 60.

Universo do Ponto de Controle:

1. Relatório Sigefes UECI.7 – Despesas empenhadas no exercício;
2. Análise documental dos processos dos credores selecionados para a amostra.
3. População de 01 credor

Amostra Selecionada: Processo de 01 credor, representando 100% da população.

Processos Administrativos Analisados: Listado no Anexo I – Processos analisados

Constatações:

Não foram encontradas.

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Procedimento aplicado sem inconsistências.

Ponto de controle 2.2.10 Despesa – Execução de programas e projetos

Procedimento: Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na lei orçamentária anual.

Base Legal: CRFB/88, art. 167, I.

Universo do Ponto de Controle:

1. Balancete de Verificação

Amostra Seleccionada: Não se aplica
Processos Administrativos Analisados: Não se aplica

Constatações:

Não foram encontradas. Conta sem movimentação.

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Procedimento aplicado sem inconsistências.

Ponto de controle 2.2.18 Realização de investimentos plurianuais

Procedimento: Avaliar se foram iniciados investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.

Base Legal: CRFB/88, art. 167, § 1º.

Universo do Ponto de Controle:

1. Balancete de Verificação

Amostra Seleccionada: Não se aplica

Processos Administrativos Analisados: Não se aplica

Constatações:

Não foram encontradas. Conta sem movimentação.

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Procedimento aplicado sem inconsistências.

Ponto de controle 2.2.30 Despesa – realização de despesas – irregularidades

Procedimento: Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.

Base Legal: LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.

Universo do Ponto de Controle: Balancete de Verificação

Amostra Selecionada: Não se aplica

Processos Administrativos Analisados: Não se aplica.

Constatações:

Não foram encontradas. Conta sem movimentação.

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Procedimento aplicado sem inconsistências.

GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Ponto de controle 1.2.4 Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor

Procedimento: 1- Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias e o seu respectivo repasse tempestivo ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (IPAJM)
2- Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias e o seu respectivo repasse tempestivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS (INSS)

Base Legal:

- CF/88, art. 40.
- LRF, art. 69.
- Lei 9717/1998 art. 1º.
- Lei 8.212/1991
- Lei Local

Universo do Ponto de Controle:

1. Balancete de Verificação
2. DEMCSE
3. Relatório SIARHES 0598

Amostra Selecionada: Não se aplica

Processos Administrativos Analisados: Não se aplica

Constatações:

Divergências entre os Relatório 0598 e o DEMCSE.

Proposições / Alertas:

Confrontar mensalmente os valores contidos no Relatório SIARHES 0598 com o balancete de verificação, bem como elaborar notas explicativas mensais quando a divergência ocorrer por excedente de reposição.

Situação: Com inconsistência em montante irrelevante sendo constatadas oportunidades de melhoria.

Ponto de controle 1.2.5 Parcelamento de débitos previdenciários

Procedimento: Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários:

b- estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS

c- se o saldo dos parcelamentos de débitos previdenciários está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como ativo no RPPS

d- se os juros incidentes sobre o saldo devedor dos parcelamentos de débitos previdenciários estão sendo registrados mensalmente como ativo no RPPS

e- se as parcelas dos parcelamentos de débitos previdenciários estão sendo pagas tempestivamente

Base Legal:

- CF/88, art. 40.
- LRF, art. 69.
- Lei 9717/1998 art. 1º.
- Lei 8.212/1991
- Lei Local
- Regime de competência

Universo do Ponto de Controle:

1. Demonstrativo de informações Previdenciárias e Repasses – DIPR, do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social – CADPREV

Amostra Seleccionada: Não se aplica.

Processos Administrativos Analisados: Não se aplica

Constatações:

Não foram encontradas

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Procedimento aplicado sem inconsistências.

Ponto de controle 1.2.10 Disponibilidades financeiras – contas específicas

Procedimento: Avaliar se as disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência social foram depositadas em contas específicas e distintas do ente público mantenedor. Havendo criação de fundos específicos, avaliar se os recursos estão sendo mantidos e aplicados em seus respectivos fundos

Base Legal: LRF, art. 43, § 1º.

Universo do Ponto de Controle:

1. Relação dos domicílios bancários
2. Termo de verificação de disponibilidades - TVDISPN

Amostra Selecionada: Não se aplica

Processos Administrativos Analisados: Não se aplica

Constatações:

Não foram encontradas.

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Procedimento aplicado sem inconsistências.

Ponto de controle 1.2.15 Escrituração Contábil – Provisões matemáticas previdenciárias

Procedimento: Avaliar se o RPPS realiza escrituração contábil obedecendo as normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial, em especial ao registro das provisões matemáticas previdenciárias.

Base Legal:

- LRF, art. 69;
- Lei 4.320/1964, art. 100;
- Lei 9.717/98, art. 1º;
- NBC TSP-EC;
- MCASP

Universo do Ponto de Controle:

1. Atestado das provisões matemáticas emitido pelo atuário
2. BALVER

Amostra Selecionada: Não se aplica.

Processos Administrativos Analisados: Não se aplica

Constatações:

Não foram encontradas

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Procedimento aplicado sem inconsistências.

Ponto de controle 1.2.16 Escrituração Contábil

Procedimento: Avaliar se os registros e as demonstrações contábeis foram realizados de acordo as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Base Legal: Normas Brasileiras de Contabilidade e MCASP

Universo do Ponto de Controle:

1. Declaração de Conformidade Contábil.

Amostra Selecionada: Análise da Declaração de Conformidade Contábil.

Processos Administrativos Analisados: Não houve.

Constatações:

Não foram encontradas.

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Procedimento aplicado sem inconsistências.

Ponto de controle 1.2.17 Conciliação de contas – Registro de créditos a receber

Procedimento: Consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com o registro de créditos previdenciário a receber (BALPAT)

Base Legal: IN regulamentador a da remessa de prestação de contas

Universo do Ponto de Controle:

1. DELQUIT
2. BALPAT
3. BALVER

Amostra Selecionada: Não se aplica.

Processos Administrativos Analisados: Não se aplica.

Constatações:

Não foram encontradas

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Procedimento aplicado sem inconsistências.

Ponto de controle 1.2.18 Conciliação de contas – Controle da receita de contribuições previdenciárias

Procedimento: Consistência do saldo devedor da declaração de quitação (DELQUIT) com a diferença das contribuições devidas e recebidas pelo RPPS (DEMREC)

Base Legal: IN regulamentador a da remessa de prestação de contas

Universo do Ponto de Controle:

1. DELQUIT
2. DEMREC

Amostra Selecionada: Não se aplica.

Processos Administrativos Analisados: Não se aplica

Constatações:

Não foram encontradas

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Procedimento aplicado sem inconsistências.

Ponto de controle 1.2.19 Conciliação de contas – Registro de provisões matemáticas previdenciárias

Procedimento: Consistência do balanço atuarial (BALATU) com o registro de provisões matemáticas previdenciárias (BALVER)

Base Legal: IN regulamentador a da remessa de prestação de contas

Universo do Ponto de Controle:

1. Atestado das provisões matemáticas emitido pelo atuário
2. BALVER

Amostra Selecionada: Não se aplica.

Processos Administrativos Analisados: Não se aplica

Constatações:

Não foram encontradas

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Procedimento aplicado sem inconsistências.

Ponto de controle 2.5.12 Orçamento

Procedimento: verificar se o orçamento está utilizando a correta fonte de recursos definida por Resolução deste Tribunal, aplicáveis à gestão previdenciária.

Base Legal:

- Lei 4.320/64
- MCASP.

Universo do Ponto de Controle: Relatório Sigefes UECI 10.3 - Despesa empenhada com recursos vinculados no exercício até o mês

Amostra Selecionada: Não se aplica.

Processos Administrativos Analisados: 2023-D6SKF, 2024-NBT76

Constatações:

Não foram encontradas

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Procedimento aplicado sem inconsistências.

Ponto de controle 2.5.35 Aplicação de recursos

Procedimento: Avaliar se os recursos financeiros do RPPS estão aplicados em instituições autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme orientações fornecidas pelo Ministério da Previdência.

Base Legal:

- CRFB/88, art. 164, § 3º;
- LRF, art. 43.

Universo do Ponto de Controle: Relação de Domicílios Bancários

Amostra Selecionada: Não se aplica

Processos Administrativos Analisados: Não se aplica

Constatações:

Não foram encontradas.

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Procedimento aplicado sem inconsistências.

Ponto de controle 2.5.36 Utilização do Formulário (APR)

Procedimento: Avaliar se o formulário de Autorização de Aplicação e Resgate (APR) está sendo utilizado em todas as aplicações e resgates

Base Legal: Portaria MTP 1.467/2022, art. 116.

Universo do Ponto de Controle:

1. Relatório mensal de APRs gerados
2. Balancete de Verificação

Amostra Selecionada: Não se aplica

Processos Administrativos Analisados: Não se aplica

Constatações:

Não foram encontradas.

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Procedimento aplicado sem inconsistências.

GESTÃO PATRIMONIAL

Ponto de controle 1.3.1 Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário

Procedimento: Verificar se foi levantado o inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.

Base Legal:

- Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96,
- NBC TSP 4, 7 a 10,
- IN TC 36, Anexo único, item 7,8,9, 15, 16 e 18

Universo do Ponto de Controle:

Análise concomitante

1. Resumo do Inventário do Almoxarifado - Material de Consumo
2. Resumo do Inventário do Almoxarifado - Material Permanente
3. Relatório Sintético de Inventário de Bens Móveis

Análise a posteriori

1. Inventário Anual dos Bens em Almoxarifado (INVALMO);
2. Termo Circunstanciado da comissão responsável pelo inventário anual de bens em almoxarifado (TERALM);
3. Inventário Anual dos Bens Móveis (INVMOVS);
4. Termo Circunstanciado da comissão responsável pelo inventário anual de bens móveis (TERMOV);
5. Inventário Anual dos Bens Imóveis (INVIMOVIS);
6. Termo Circunstanciado da comissão responsável pelo inventário anual de bens imóveis (TERIMO);
7. Inventário Anual dos Bens Intangíveis (INVINTN);
8. Termo Circunstanciado da comissão responsável pelo inventário anual de bens intangíveis (TERINT);

Amostra Selecionada: Não se aplica.

Processos Administrativos Analisados: 2024-GVHPN, 2025-QN9T1

Constatações:

Não foram encontradas

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Procedimento aplicado sem inconsistências.

Ponto de controle 1.3.2 Bens móveis, imóveis e intangíveis

– Registro e controle

Procedimento: Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração

Base Legal: Lei 4.320/1964, art. 94.

Universo do Ponto de Controle:

1. Inventário Anual dos Bens em Almoxarifado (INVALMO);
2. Inventário Anual dos Bens Móveis (INVMOVVS);
3. Inventário Anual dos Bens Imóveis (INVIMOVVS);
4. Inventário Anual dos Bens Intangíveis (INVINTN).

Amostra Seleccionada: Não se aplica.

Processos Administrativos Analisados: Não se aplica.

Constatações:

Não foram encontradas

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Procedimento aplicado sem inconsistências.

Ponto de controle 1.3.4 Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação

Procedimento: Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício

Base Legal: Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.

Universo do Ponto de Controle:

1. Balancete de Verificação
2. Extratos bancários

Amostra Selecionada: Não se aplica

Processos Administrativos Analisados: Não se aplica

Constatações:

Não foram encontradas.

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Procedimento aplicado sem inconsistências.

Ponto de controle 2.3.5 Cancelamento de passivos

Procedimento: Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador

Base Legal: CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBC T 16.

Universo do Ponto de Controle: Balancete de Verificação

Amostra Selecionada: Não se aplica

Processos Administrativos Analisados: Não se aplica

Constatações:

Não foram encontradas.

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Procedimento aplicado sem inconsistências.

GESTÃO DE PESSOAS (FOLHA DE PAGAMENTO E ATOS DE PESSOAL)

Ponto de controle 1.6.1.1 Extrato Consolidado da folha de pagamento

Procedimento: verificar se os valores informados no Extrato Consolidado da remessa mensal encaminhada ao de Controle Informatizado de Dados do Espírito Santo (CidadES), guardam correlação com os valores registrados no sistema interno de Folha de Pagamento utilizado pela unidade gestora

Base Legal: IN regulamentadora da remessa de prestação de contas

Universo do Ponto de Controle:

1. Extrato consolidado da Folha de Pagamento
2. Relatório Siarhes PES0505P - Resumo Analítico da Folha de Pagamento por Unidade Orçamentária

Amostra Selecionada: Não se aplica

Processos Administrativos Analisados: Listado no Anexo I – Processos analisados

Constatações:

Não foram encontradas

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Procedimento aplicado sem inconsistências.

Ponto de controle 1.6.1.2 Liquidação da folha de pagamento

Procedimento: Verificar se os valores informados no Extrato Consolidado do CidadES Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores contabilizados no sistema contábil utilizado pela unidade gestora

Base Legal:

- Lei 4.320/1964, art. 63;

- MCASP.

Universo do Ponto de Controle: declaração emitida pela Gerência de Contabilidade e Orçamento

Amostra Selecionada: Não se aplica

Processos Administrativos Analisados: Não se aplica

Constatações:

Não foram encontradas

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Procedimento aplicado sem inconsistências.

Ponto de controle 2.7.1.1 Resolutividade das inconsistências indicativas informadas na remessa de dados da folha de pagamento (PCF)

Procedimento: Verificar quais foram as providências tomadas com relação as ocorrências indicativas informadas pelo CidadES Folha de Pagamento (PCF) ainda pendente

Base Legal: IN TC regulamentadora da remessa de prestação de contas

Universo do Ponto de Controle: Declaração do responsável pelo envio das informações da folha de pagamento pelo CidadES

Amostra Selecionada: Não se aplica

Processos Administrativos Analisados: Não se aplica

Constatações:

Não foram encontradas.

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Procedimento aplicado sem inconsistências.

Ponto de controle 2.7.1.2 Resolutividade dos pontos de controle existentes na remessa de dados da folha de pagamento (PCF)

Procedimento: Verificar quais foram as providencias tomadas com relação aos 'Pontos de Controle' informados pelo CidadES Folha de Pagamento (PCF) ainda pendentes.

Base Legal: IN TC regulamentadora da remessa de prestação de contas

Universo do Ponto de Controle: Declaração do responsável pelo envio das informações da folha de pagamento pelo CidadES

Amostra Selecionada: Não se aplica

Processos Administrativos Analisados: Não se aplica

Constatações:

Não foram encontradas.

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Procedimento aplicado sem inconsistências.

DEMAIS ATOS DE GESTÃO

Ponto de controle 1.5.1 Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE IN regulamentadora da remessa de prestação de contas

Procedimento: Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da Instrução Normativa regulamentadora da remessa de prestação de contas.

Base Legal: IN regulamentadora da remessa de prestação de contas

Universo do Ponto de Controle: Todos os documentos constantes do Anexo 3 item 2.9 (exclusivo do Ordenador do RPPS), da IN TC-ES nº 68/2020

Amostra Selecionada: Não se aplica

Processos Administrativos Analisados: Não se aplica

Constatações:

Impossibilidade de análise, devido à data de conclusão do RELUCI ocorrer em momento anterior à elaboração de todos os documentos integrantes da PCA.¹

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Impossibilidade de análise

Ponto de controle 1.5.2 Segregação de funções

Procedimento: Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações

Base Legal: CRFB/88, art. 37.

¹ Tendo em vista o motivo ora apresentado, o ponto de controle não foi objeto de registro no documento INFOCI.xml.

Universo do Ponto de Controle: 1 credor. Relatório UECI 9 a 17 – Despesa paga no exercício até o mês.

Amostra Selecionada: Processo de 1 credor, representando 100% da população.

Processos Administrativos Analisados: Listado no Anexo I – Processos analisados

Constatações:

Não foram encontradas.

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Procedimento aplicado sem inconsistências.

Ponto de controle 2.6.4 Pessoal – teto

Procedimento: Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.

Base Legal: CRFB/88, art. 37, inciso XI.

Universo do Ponto de Controle: Declaração do Responsável pelo Setor de Folha de Pagamento

Amostra Selecionada: Não se aplica.

Processos Administrativos Analisados: Não se aplica

Constatações:

Não foram encontradas

Proposições / Alertas:

Não há.

Situação:

Procedimento aplicado sem inconsistências.

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob responsabilidade do Sr. José Elias do Nascimento Marçal, gestor do IPAJM, relativa ao exercício de 2024.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra **regular**.

Vitória, 18 de março de 2025.

Carla Zambi Meirelles
Analista do Executivo
Número Funcional 3106608/5

Larissa Janiques Pinto
Analista do Executivo
Número Funcional 4962613/2

Gabriela Lopes Salgado Novaes
Coordenadora UECI/IPAJM

ANEXO I – PROCESSOS ANALISADOS

Item 1.1.2 - Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.

2023-D6SKF

Item 1.5.2 – Segregação de funções: Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.

2023-D6SKF

Item 1.6.1.1 – Extrato Consolidado da folha de pagamento - verificar se os valores informados no Extrato Consolidado da remessa mensal encaminhada ao de Controle Informatizado de Dados do Espírito Santo (CidadES), guardam correlação com os valores registrados no sistema interno de Folha de Pagamento utilizado pela unidade gestora.

2024-GQTS8	2024-2D09W
2024-C2P3L	2024-86T20
2024-DSTV9	2024-DJK57
2024-36WN5	2024-B2MBC
2024-TBPN6	2024-DPHSV
2024-2263J	2024-S174C
2024-X6D4F	

ANEXO II – QUADRO-RESUMO DOS PONTOS DE CONTROLE ANALISADOS

ÁREA	PONTO DE CONTROLE	CONSTATAÇÃO	PROPOSIÇÃO/ALERTAS	SITUAÇÃO
GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	1.1.2 DESPESA – REALIZAÇÃO SEM PRÉVIO EMPENHO	Não foram encontradas.	Não há.	Procedimento aplicado sem inconsistências.
	2.2.10 DESPESA – EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS	Não foram encontradas.	Não há.	Procedimento aplicado sem inconsistências.
	2.2.18 REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS PLURIANUAIS	Não foram encontradas.	Não há.	Procedimento aplicado sem inconsistências.
	2.2.30 DESPESA – REALIZAÇÃO DE DESPESAS – IRREGULARIDADES	Não foram encontradas. Conta sem movimentação.	Não há.	Procedimento aplicado sem inconsistências
GESTÃO PREVIDENCIÁRIA	1.2.4 RETENÇÃO/REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARTE SERVIDOR	Divergências entre os Relatório 598 e o DEMCSE.	Confrontar mensalmente os valores contidos no Relatório SIARHES 598 com o balancete de verificação, bem como elaborar notas explicativas mensais quando a divergência	Com inconsistência em montante irrelevante sendo constatadas oportunidades de melhoria.

			ocorrer por excedente de reposição.	
	1.2.5 PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	Não foram encontradas.	Não há.	Procedimento aplicado sem inconsistências.
	1.2.10 DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS – CONTAS ESPECÍFICAS	Não foram encontradas.	Não há.	Procedimento aplicado sem inconsistências.
	1.2.15 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL – PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	Não foram encontradas. Conta sem movimentação.	Não há.	Procedimento aplicado sem inconsistências
	1.2.16 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	Não foram encontradas.	Não há.	Procedimento aplicado sem inconsistências.
	1.2.17 CONCILIAÇÃO DE CONTAS – REGISTRO DE CRÉDITOS A RECEBER	Não foram encontradas.	Não há.	Procedimento aplicado sem inconsistências.
	1.2.18 CONCILIAÇÃO DE CONTAS – CONTROLE DA RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	Não foram encontradas.	Não há.	Procedimento aplicado sem inconsistências.
	1.2.19 CONCILIAÇÃO DE CONTAS – REGISTRO DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	Não foram encontradas. Conta sem movimentação.	Não há.	Procedimento aplicado sem inconsistências
	2.5.12 ORÇAMENTO	Não foram encontradas. Conta sem movimentação.	Não há.	Procedimento aplicado sem inconsistências
	2.5.35 APLICAÇÃO DE RECURSOS	Não foram encontradas.	Não há.	Procedimento aplicado sem inconsistências.

	2.5.36 UTILIZAÇÃO DO FORMULÁRIO (APR)	Não foram encontradas.	Não há.	Procedimento aplicado sem inconsistências.
GESTÃO PATRIMONIAL	1.3.1 BENS EM ESTOQUE, MÓVEIS, IMÓVEIS E INTANGÍVEIS – REGISTRO CONTÁBIL COMPATIBILIDADE COM INVENTÁRIO	Não foram encontradas.	Não há.	Procedimento aplicado sem inconsistências.
	1.3.2 BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E INTANGÍVEIS – REGISTRO E CONTROLE	Não foram encontradas.	Não há.	Procedimento aplicado sem inconsistências.
	1.3.4 DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS – DEPÓSITO E APLICAÇÃO	Não foram encontradas.	Não há.	Procedimento aplicado sem inconsistências.
	2.3.5 CANCELAMENTO DE PASSIVOS	Não foram encontradas.	Não há.	Procedimento aplicado sem inconsistências.
GESTÃO DE PESSOAS (FOLHA DE PAGAMENTO E ATOS DE PESSOAL)	1.6.1.1 EXTRATO CONSOLIDADO DA FOLHA DE PAGAMENTO	Não foram encontradas.	Não há.	Procedimento aplicado sem inconsistências.
	1.6.1.2 LIQUIDAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	Não foram encontradas.	Não há.	Procedimento aplicado sem inconsistências.
	2.7.1.1 RESOLUTIVIDADE DAS INCONSISTÊNCIAS INDICATIVAS INFORMADAS NA REMESSA DE DADOS DA FOLHA DE PAGAMENTO (PCF)	Não foram encontradas.	Não há.	Procedimento aplicado sem inconsistências.
	2.7.1.2 RESOLUTIVIDADE DOS PONTOS DE CONTROLE EXISTENTES NA REMESSA DE DADOS DA FOLHA DE PAGAMENTO (PCF)	Não foram encontradas.	Não há.	Procedimento aplicado sem inconsistências.
DEMAIS ATOS DE GESTÃO	1.5.1 DOCUMENTOS INTEGRANTES DA PCA – COMPATIBILIDADE COM O NORMATIVO DO TCE IN	Impossibilidade de análise, devido à data de conclusão do RELUCI ocorrer em	Não há.	Impossibilidade de análise

	REGULAMENTADORA DA REMESSA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	momento anterior à elaboração de todos os documentos integrantes da PCA.		
	1.5.2 SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES	Não foram encontradas.	Não há.	Procedimento aplicado sem inconsistências.
	2.6.4 PESSOAL – TETO	Não foram encontradas.	Não há.	Procedimento aplicado sem inconsistências.